

Aprovo o presente Programa de Procedimento.

O Presidente da Câmara



Programa de Procedimento

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

CONCURSO PÚBLICO

“Aquisição de serviços de transporte de passageiros, em regime ocasional e regular especializado”

Valor Base: € 305.095,00

Prazo de execução: 365 dias

Concurso Público nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 16º e Capítulo I, do título I da Parte II do CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação

Índice

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º Identificação do concurso	4
Artigo 2.º Objeto do concurso	4
Artigo 3.º Entidade Adjudicante	5
Artigo 4.º Decisão de Contratar	5
Artigo 5.º Fundamentação da escolha do concurso público	6
Artigo 6.º Concorrentes	6
Artigo 7.º Peças do procedimento	7
Artigo 8.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento	7
Artigo 9.º Preço Base	8
Artigo 10.º Preço anormalmente baixo	8
Artigo 11.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento	8
Artigo 12.º Erros e Omissões das Peças do Procedimento	10
SECÇÃO II – PROPOSTA	10
Artigo 13.º Proposta e documentos que a constituem	10
Artigo 14.º Prazo e modo de apresentação das propostas	12
Artigo 15.º Idioma dos documentos que constituem a proposta	13
Artigo 16.º Preços da proposta	13
Artigo 17.º Propostas com Variantes	13
Artigo 18.º Negociação	14
Artigo 19.º Critério de Adjudicação	14
Artigo 20.º Critério de desempate	14
Artigo 21.º Prazo de manutenção das propostas	15
SECÇÃO III	15
ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	15
Artigo 22.º Lista de concorrentes	15
Artigo 23.º Análise das propostas	15
Artigo 24.º Esclarecimentos sobre as propostas	15
Artigo 25.º Suprimentos da proposta	16
Artigo 26.º Relatório preliminar	16
Artigo 27.º Audiência Prévia	16
Artigo 28.º Relatório final	16
Artigo 29.º Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta	17
SECÇÃO IV	17
ADJUDICAÇÃO	17
Artigo 30.º Dever de adjudicação	17
Artigo 31.º Notificação da Decisão de Adjudicação	17
Artigo 32.º Adjudicação de Proposta apresentada por um Agrupamento	18
SECÇÃO V	18

HABILITAÇÃO E CAUÇÃO	18
Artigo 33.º Documentos de Habilitação	18
Artigo 34.º Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto /	20
Artigo 35.º Idioma e modo de apresentação dos documentos de habilitação	20
Artigo 36.º Caução	21
Artigo 37.º Não apresentação dos documentos de habilitação	21
SECÇÃO VI	22
CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	22
Artigo 38.º Redução do contrato a escrito	22
Artigo 39.º Aceitação da Minuta de Contrato	22
Artigo 40.º Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar	22
Artigo 41.º Aceitação e Reclamações à minuta do contrato	22
Artigo 42.º Outorga do Contrato	23
Artigo 43.º Não outorga do contrato	23
SECÇÃO VII	23
DISPOSIÇÕES FINAIS	23
Artigo 44.º Prova de declarações	23
Artigo 45.º Foro Judicial	24
Artigo 46.º Notificações e Comunicações	24
Artigo 47.º Encargos do concorrente	24
Artigo 48.º Falsidade de Documentos e de Declarações	24
Artigo 49.º Legislação Aplicável	25

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º | Identificação do concurso

1. O presente procedimento segue a modalidade de Concurso Público, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, na sua atual redação, adota a seguinte designação: **Aquisição de serviços de transporte de passageiros, em regime ocasional e regular especializado**, com referência **CPI S 154/2025**.
2. A presente prestação de serviços encontra-se classificada com o código **CPV 60140000-1 - Transportes não regulares de passageiros**, no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2004522, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.
3. A despesa tem enquadramento orçamental na GOP: 05 001 2023/107 Serviço ocasional de transporte de passageiros.

Artigo 2.º | Objeto do concurso

1. O presente concurso tem por objeto a "Aquisição de serviços de transporte de passageiros, em regime ocasional e regular especializado".
2. Pretende-se a contratação de serviços de transporte de passageiros, de Castelo Branco, para os diversos locais (e vice-versa), a indicar oportunamente, sendo que o valor a apresentar pelas empresas interessadas, para os veículos, será por quilómetro e por outros serviços associados. Os serviços a contratar serão:
 - a. Autocarro turístico até 55 lugares, com sistema de climatização (aquecimento e ar condicionado);
 - b. Autocarro até 35 lugares, com sistema de climatização (aquecimento e ar condicionado);
 - c. Viatura ligeira até 9 lugares, com sistema de climatização (aquecimento e ar condicionado);
 - d. Alojamento e refeições de cada motorista, se se tratar de viagem de mais de um dia.
 - e. Presença de cada motorista e cada veículo, no local de destino, enquanto aguardam horário de regresso, em viagens com extensão total inferior a 150 kms (ida e volta);
 - f. Por veículo, presença e colaboração de um vigilante em caso de transporte de

crianças;

- g. Disponibilização de sistema de retenção adequado a crianças, por cada veículo, caso seja necessário.
- h. Taxa de disponibilidade, para cada veículo, em viagens com extensão inferior a 80 kms (ida e volta), quando o período que decorre entre o início e o fim do serviço é inferior a 5 horas;
- i. Taxa de disponibilidade, para cada veículo, em viagens com extensão inferior a 80 kms (ida e volta), quando o período que decorre entre o início e o fim do serviço é igual ou superior a 5 horas;
- j. Segundo motorista, para cada veículo, em caso de viagens com duração total superior ao horário limite de um motorista. Considerar-se-á a necessidade de um segundo motorista, em caso de viagens com duração total superior a 9 horas.

3. Estima-se que o número de veículos pesados de passageiros seja, na sua grande maioria, de um por deslocação, considerando uma média de três deslocações diárias, podendo, pontualmente, ser necessários mais veículos. Estima-se que a utilização diária de veículos ligeiros de transporte de passageiros seja de cerca de seis por dia útil escolar e de dois por dia útil não escolar, podendo, pontualmente, ser necessários mais veículos.

4. Os veículos a afetar à prestação de serviços terão de ser aptos para o transporte de passageiros e deverão cumprir todas as exigências técnicas, legais e de segurança exigidas pela legislação aplicável, nomeadamente a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na sua versão atual. Em caso de avaria, proceder-se-á imediatamente à substituição do(s) veículo(s) por outro(s) com as mesmas características. Atendendo à tipologia dos serviços de transporte que se pretendem realizar ao abrigo do presente procedimento, cada veículo utilizado na exploração dos serviços não poderá ter, a cada momento, uma idade superior a 16 anos.

5. Para que a prestação deste tipo de serviço não sofre interrupções prevê-se que o contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento tenha início em 27 de julho de 2025.

Artigo 3.º | Entidade Adjudicante

A entidade pública contratante é o Município de Castelo Branco, com o NIF 501 143 530, sito na Praça do Município, 6000-458 CASTELO BRANCO, com o endereço de E-mail: camara@cm-castelobranco.pt (website www.cm-castelobranco.pt) e plataforma de contratação Acingov, disponível através do endereço www.acingov.pt. Os contactos telefónicos são os seguintes: telefone - (351) 272 330 330) e fax - (351) 272 330 324. Os Serviços Administrativos têm o seguinte horário de funcionamento – das 09:00 às 12:30 horas e das 14:00 às 17:30 horas, todos os dias, à exceção dos Sábados, Domingos e feriados.

Artigo 4.º | Decisão de Contratar

A decisão de contratar, de acordo com o n.º 1 do art.º 36º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi

tomada por despacho do Sr. Presidente, de **21 de maio de 2025**. Nos termos do art.º 48º do CPA, a delegação de competências para autorização de despesas, da Câmara Municipal no Sr. Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º do art.º 34º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi atribuída por deliberação do Órgão Executivo, em reunião de 21-10-2021 e errata aprovada em reunião do Órgão Executivo, de 30-05-2023

O despacho referido consta no processo **2025/300.10.005/458** elaborado na aplicação de gestão documental **Mydoc**, em uso na Câmara Municipal de Castelo Branco.

Artigo 5.º | Fundamentação da escolha do concurso público

1. A Entidade adjudicante necessita de contratar a **Aquisição de serviços de transporte de passageiros, em regime ocasional e regular especializado**.
2. A satisfação da identificada necessidade exige o recurso a um operador económico a atuar no mercado concorrencial, dada a impossibilidade da entidade adjudicante assegurar a sua realização por via dos recursos próprios afetos à sua organização, tornando-se necessário, deste modo, proceder à abertura do presente procedimento.
3. A escolha do procedimento para a formação do contrato, em causa, baseia-se no valor do contrato a celebrar e fundamenta-se no disposto nas disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º, do disposto no artigo 18.º e nos termos da alínea a) do n.º 1 artigo 20.º, todos do CCP.
4. Pelo estipulado no artigo 20º do Código do Contratos Públicos (CCP) o concurso público permite a celebração de contratos de qualquer valor, exceto quando os respetivos anúncios não sejam publicados no Jornal Oficial da União Europeia, caso que só permite a celebração de contratos de valor inferior a 221.000,00 € (Regulamento Delegado (UE) 2023/2495, da Comissão Europeia, datado de 15 de novembro de 2023).

Artigo 6.º | Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e que tenham por objeto social o desenvolvimento de atividades que integrem o objeto do concurso.
3. Poderão ainda os interessados apresentar-se em conjunto com outras entidades, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades em questão possuam condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Concurso.
4. Podem ser concorrentes agrupamentos e pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação

5. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
6. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
7. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato na modalidade de consórcio, nos termos do disposto nos artigos 1.º a 20.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
8. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe de consórcio, único e comum interlocutor responsável perante a Entidade Adjudicante, devendo ser-lhe conferidos no mesmo ato por procuração, os poderes a que referem as alíneas a), b), c), d) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, que será o único interlocutor responsável perante a entidade adjudicante.

Artigo 7.º | Peças do procedimento

1. As peças do presente procedimento são as seguintes:
 - 1.1. Anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia;
 - 1.2. O Programa de Procedimento e seus anexos;
 - 1.3. O Caderno de Encargos e seus anexos.

Artigo 8.º | Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov - www.acingov.pt.
2. Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, estão disponíveis na sede da Entidade Adjudicante, na morada indicada no artigo 3.º do presente programa de procedimento, para consulta dos interessados, durante as horas de expediente (09:00 às 12:30 horas e das 14:00 às 17:30 horas, todos os dias, à exceção dos Sábados, Domingos e feriados), desde o dia da publicação do respetivo anúncio no Diário da República até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, mediante pedido de marcação através da plataforma eletrónica Acingov - www.acingov.pt ou de mensagem eletrónica para o endereço de e-mail: camara@cm-castelobranco.pt.
3. O acesso à plataforma eletrónica Acingov - www.acingov.pt é gratuito e permite efetuar a consulta do procedimento.
4. O download das peças do procedimento não constitui, em caso algum, condição de participação no mesmo.
5. Quando, por qualquer motivo, não seja cumprido o disposto no n.º 1 do presente artigo, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no

mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

6. A decisão de prorrogação prevista no número anterior deve ser junta às peças do procedimento e notificados todos os interessados que as tenham solicitado, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.

Artigo 9.º | Preço Base

1. O preço contratual máximo é de **€ 305.095,00** (trezentos e cinco mil e noventa e cinco euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, considerando-se este preço, como sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, incluindo eventuais renovações do contrato, conforme disposto no n.º 1 do artigo 47.º do CCP.

2. O preço base para a elaboração do procedimento mencionado em epígrafe teve por base os custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos, nomeadamente o CPI S 52/2024.

Artigo 10.º | Preço anormalmente baixo

Pela aplicação do estipulado no n.º 1 do artigo 71º do CCP, foi definido que o preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo quando seja 20% abaixo do preço base do presente concurso.

O preço anormalmente baixo foi calculado tendo em conta as estimativas que serviram de base à determinação do preço base e a essencialidade de garantir a ininterruptibilidade da prestação de serviços.

Artigo 11.º | Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

1. Os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov - www.acingov.pt esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, até ao último dia correspondente ao fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas:

- a) Para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - i. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - ii. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - iii. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - iv. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov - www.acingov.pt, por escrito, pelo Órgão competente para a decisão para contratar, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados
4. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea iv) do ponto 2 do presente artigo e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas;
5. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores tem as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do art.º 378º do CCP;
6. Quando o prazo fixado para a apresentação das propostas seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt
7. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, caso este seja igual ou superior a nove dias:
 - a. O órgão competente para a decisão de contratar deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites;
8. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior;
9. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no ponto 2.4.6., ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender ao disposto no artigo 64.º do CCP;
10. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica www.acingov.pt e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo os interessados ser imediatamente notificados desse facto;
11. Os esclarecimentos e as retificações referidas no presente Programa de Procedimento, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

12. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela entidade adjudicante, na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
13. Os esclarecimentos fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 12.º | Erros e Omissões das Peças do Procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica Acingov - www.acingov.pt, uma lista que identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. A pronúncia sobre os erros e omissões referidos nos números anteriores será disponibilizada pela entidade adjudicante, na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. As retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

SECÇÃO II – PROPOSTA

Artigo 13.º | Proposta e documentos que a constituem

1. Nas propostas os concorrentes manifestam a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Nos casos em que, para obrigar a empresa seja necessária mais que uma assinatura, devem os documentos ser assinados por todos os representantes legais, previstos na respetiva certidão permanente ou, ser juntos à proposta, documentos a delegar o poder de representação no assinante.
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, todos os documentos que a constituem devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

4. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas, dos documentos seguintes, sob pena de exclusão, elaborados nos termos previstos no CCP, designadamente em conformidade com o artigo 57.º:

- a. Modelo Proposta – **Anexo III**;
- b. Declaração, emitida conforme modelo constante do anexo I ao CCP (**ver pasta anexos**), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para a obrigar, conforme n.º 4 do art.º 57º do CCP, mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do n.º 1 do art.º 54º do Decreto-Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
- c. Preço unitário para cada fase, a preencher diretamente na plataforma eletrónica www.acingov.pt, arredondado a duas casas decimais, de acordo com o Mapa de Preços Unitários/fase, conforme o Anexo III;
- d. Declaração de não Impedimentos – CPA (Anexo IV);
- e. Apresentação de mapa com a identificação das viaturas que pretendem afetar ao concurso, com indicação da marca, modelo, número de lugares, mês/ano da matrícula e indicação do número do alvará(s)/licença da(s) viatura(s) para o exercício da atividade de transporte de passageiros e para o exercício da atividade de transporte coletivo de crianças, ambos emitidos pelo IMT (Anexo V);
- f. Certidão atualizada do registo comercial (certidão permanente) ou código de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, ou documento equivalente ou no caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s) para vincular a empresa deve ainda ser entregue um documento que permita verificar os poderes de assinatura do(s) mesmo (s) (procuração ou documento equivalente);
- g. Informação de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal, conforme n.º 3 do art.º 468º do CCP.

5. O preço, que não deve incluir o IVA, é indicado em algarismos e por extenso.

6. As propostas devem mencionar expressamente que ao preço total acresce IVA à taxa legal aplicável;

7. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

8. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.

9. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 1. do presente artigo, devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

10. Para efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, as entidades concorrentes consentem na utilização dos dados que apresentem, para os efeitos específicos e únicos do presente procedimento.

Artigo 14.º | Prazo e modo de apresentação das propostas

1. A apresentação das propostas e dos documentos que as acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:

- a. A data-limite de entrega de proposta é até às **23:59:59 horas, do 33.º dia**, após a data de envio do anúncio do procedimento para o Diário da República Eletrónico e para o Jornal Oficial da União Europeia.
- b. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de proposta coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte;
- c. A transferência do termo do prazo definido na alínea a), por força do estabelecido na alínea b) do presente ponto, não determinará qualquer alteração aos restantes prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de proposta;
- d. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, independentemente do formato do ficheiro, de acordo na Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto;
- e. A entrega das propostas do presente concurso público será efetuada na plataforma de contratação acessível através do sítio eletrónico da plataforma eletrónica Acingov disponível no endereço eletrónico: www.acingov.pt.
- f. Na plataforma, os documentos devem ser anexos na caixa documentos públicos;
- g. A receção da(s) proposta(s) é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao(s) concorrente(s) um recibo eletrónico comprovativo dessa receção;

2. Os interessados deverão possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura digital qualificada.

3. Nos termos do art.º 66º do Código dos Contratos Públicos e por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, o interessado pode requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, a classificação, nos termos da lei, de documentos que a constituem, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

4. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no ponto 3 do presente artigo, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:

- a. No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;

- b. Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta;
 - c. Cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.
- 5. As propostas deverão ser apresentadas em estrita observância das condições estabelecidas no presente Programa de Procedimento e no caderno de encargos.
- 6. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do art.º 137.º do CCP.
- 7. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 15.º | Idioma dos documentos que constituem a proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais. Admite-se a utilização de expressões e/ou designações técnicas específicas, redigidas na língua inglesa.

Artigo 16.º | Preços da proposta

- 1. Os preços da proposta são indicados em algarismos, **até duas casas decimais**, e por extenso, em euros, e não incluem o IVA;
- 2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 17.º | Propostas com Variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s), considerando-se como tal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 59.º do CCP, a(s) proposta(s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

Artigo 18.º | Negociação

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

Artigo 19.º | Critério de Adjudicação

Tendo em conta o tipo de procedimento, consideraram como critério de adjudicação, o da proposta economicamente mais vantajosa através da modalidade Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, tendo em consideração que o caderno de encargos e as especificações técnicas já definem com precisão os restantes elementos da execução do contrato a celebrar.

Artigo 20.º | Critério de desempate

1. Em caso de empate, será dada preferência à proposta que detenha o melhor preço na rubrica "Autocarro turístico até 55 lugares, com sistema de climatização (aquecimento e ar condicionado)".
2. Se mediante a aplicação do critério de desempate atrás previsto, se mantiver o empate, fica estabelecido, como critério de desempate, sorteio aleatório presencial, com a presença de todos os representantes de todos os concorrentes empatados, que serão notificados para o ato público, a realizar nas seguintes condições:
 - a. A sessão para a realização do sorteio será agendada e notificada aos concorrentes com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência, com a indicação da data, da hora e do local da sua realização;
 - b. O sorteio será efetuado pelos membros do júri;
 - c. Em caso de não comparência de representante legal de concorrente em situação de empate, o sorteio realizar-se-á na sua ausência após 30 (trinta) minutos da hora previamente agendada;
 - d. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - e. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração;
 - f. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.
 - g. O júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na referida sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

Artigo 21.º | Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

SECÇÃO III ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 22.º | Lista de concorrentes

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica Acingov - www.acingov.pt.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo possível, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.os 1 e 2.

Artigo 23.º | Análise das propostas

1. A análise das propostas incidirá sobre o teor dos documentos apresentados, sendo analisados em todos os seus atributos, termos e condições e a sua avaliação será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido **no artigo 19.º - Critério de adjudicação, do presente programa de procedimento.**
2. Serão excluídas as propostas cuja análise revele qualquer dos fundamentos de exclusão previstos no n.º 2 dos artigos 146.º e 70.º do CCP, podendo ainda excluir as propostas que não cumpram com o disposto na Lei 96/2015, de 17 de agosto.
3. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente programa de procedimento.

Artigo 24.º | Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das

mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão.

3. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 25.º | Suprimentos da proposta

1. O Júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

2. O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, somente quando a intervenção não prejudique os princípios enformadores do procedimento pré-contratual, nem os fins, interesses e valores jurídicos que a norma preterida visem proteger.

Artigo 26.º | Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas, após a operacionalização do critério de adjudicação.

2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor fundamentadamente a exclusão de propostas e fazer referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

3. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a ordenação final das propostas resultará da aplicação do critério de desempate.

Artigo 27.º | Audiência Prévia

Após elaboração do relatório preliminar, o júri procede ao envio a todos os concorrentes do mesmo para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, se pronunciarem, por escrito através da plataforma eletrónica, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

Artigo 28.º | Relatório final

1. Cumprida a formalidade de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou

modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2, do artigo 146.º do CCP.

2. No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 29.º | Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta

1. Nos termos do artigo 125.º do CCP, quando tenha sido apresentada uma única proposta, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.

2. No caso previsto no número anterior, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, podendo, porém, o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

SECÇÃO IV
ADJUDICAÇÃO

Artigo 30.º | Dever de adjudicação

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri, aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as apresentadas.

Artigo 31.º | Notificação da Decisão de Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do CCP.

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no **artigo 33.º** do presente programa de procedimento;
 - b) Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito;
3. A notificação referida no n.º 1 é acompanhada do relatório final de análise das propostas.

Artigo 32.º | Adjudicação de Proposta apresentada por um Agrupamento

1. Se a adjudicação recair em proposta apresentada por um agrupamento, as entidades que o compõem, depois de lhe ser notificada a adjudicação, mas antes da celebração do contrato, devem associar-se juridicamente na modalidade de Consórcio Externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho.
2. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de Consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas no nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade contratante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.
3. A falência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das entidades constituintes de um agrupamento ou de um consórcio acarreta a exclusão deste, seja qual for a fase em que o concurso se encontre, se o agrupamento não proceder à sua substituição de acordo com o que se dispõe no ponto seguinte, no prazo de 22 (vinte e dois) dias úteis a contar da data do início do respetivo processo de falência, dissolução ou inabilitação judicial.
4. Qualquer alteração na composição do agrupamento ou consórcio terá de ser autorizado pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão do agrupamento do concurso. Para o efeito, o agrupamento deverá apresentar, por escrito, na sede da entidade adjudicante um requerimento para a sua alteração, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante, a que a substitui e o motivo da substituição.

SECÇÃO V HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

Artigo 33.º | Documentos de Habilitação

1. Para efeitos de contratação o adjudicatário deve, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de envio da notificação da decisão de adjudicação, apresentar os seguintes documentos, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov (www.acingov.pt):
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do presente Programa de

Procedimento, que corresponde ao Anexo II do CCP (já com as alterações previstas no artigo 23.º da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;

- b) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea d) do art.º 55.º do CCP;
 - c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
 - d) Certificado de registo criminal¹, ou documento equivalente, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "Contratação Pública;
 - e) Alvará ou licença, emitido pelo IMT, para o exercício da atividade de transporte de passageiros;
 - f) Alvará, emitido pelo IMT, para o exercício da atividade de transportes coletivos de crianças e jovens até aos 16 anos;
 - g) Cópia da certidão do registo comercial ou o código de acesso à certidão permanente, ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial;
 - h) Documento comprovativo de registo no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, se aplicável²
- 2) O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste no programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.
- 3) No mesmo prazo, estabelecido para a entrega dos documentos de habilitação, devem ser entregues os seguintes documentos:
- a) Seguro de responsabilidade civil, que inclua os passageiros transportados e respetivos prejuízos;
 - b) Para cada motorista que pretendem afetar ao concurso, apresentação de cópia do certificado de motorista e certificado de motorista de transporte coletivo de crianças, ambos emitidos pelo IMT;
 - c) **Documento, que contenha a identificação do(s) outorgante(s) do contrato, nomeadamente**

¹ O registo criminal pode ser obtido mediante o preenchimento e envio de um requerimento por e-mail ou através do Portal do registo criminal online: <https://registocriminal.justica.gov.pt/>

² A apresentação deste documento, dispensa a apresentação dos documentos mencionados nos nos 2, 3 e 4 da presente cláusula, nos termos do n.º 10 do artigo 81.º do CCP.

o nome, o número do Cartão de Cidadão e sua validade.

Artigo 34.º | Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto ^{3/4}

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE⁵, ou o respetivo código de acesso.
2. Tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 2 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

Artigo 35.º | Idioma e modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação da decisão de adjudicação.
2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
3. A supressão de irregularidades, detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de **2 dias**, após notificação pela entidade adjudicante.
4. Ao adjudicatário será concedido um prazo de **5 dias** para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.
5. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
6. A assinatura dos documentos de habilitação deverá respeitar o disposto na Lei 96/2015, de 17 de agosto.
7. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

³ Não aplicável a entidades em nome individual.

⁴ Estão excluídas de apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º, do Anexo I da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto."

⁵ O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>.

8. O adjudicatário deve apresentar reprodução de todos documentos através da plataforma eletrónica em que decorre o procedimento.
9. Quando os documentos a que se refere a alínea b); c); d) e g) do n.º 1 do artigo 34.º se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao representante da Entidade Adjudicante o endereço dos sítios onde aqueles podem ser consultados, bem como informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
10. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Entidade Adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do número do anterior, devendo, contudo, dar nota de que já foi prestado tal consentimento.
11. Caso o Adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se impunha.
12. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos dispostos dos números anteriores, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
13. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

Artigo 36.º | Caução

1. Tratando-se de contrato de valor inferior a 500 000 euros, nos termos do n.º 2 do art.º 88º do CCP, não será exigível a prestação da caução para a celebração do contrato.

Artigo 37.º | Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a. No prazo fixado no n.º 1 do artigo 33º do Programa de Procedimento;
 - b. No prazo fixado para a supressão de qualquer irregularidade;
 - c. Os documentos não se encontrarem redigidos em língua portuguesa ou, não sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Nos casos previstos nos números anterior o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. Nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP, sempre que se verifique um facto que determine a

caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

SECÇÃO VI CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 38.º | Redução do contrato a escrito

O contrato será, nos termos do artigo 94.º do CCP, reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

Artigo 39.º | Aceitação da Minuta de Contrato

1. A minuta do contrato é enviada, pela Entidade Adjudicante, para aceitação, ao Adjudicatário.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 40.º | Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar

O Órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais do que uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas, sendo que os referidos ajustamentos não podem implicar, em caso algum as situações previstas no nº2 do artigo 99º do CCP.

Artigo 41.º | Aceitação e Reclamações à minuta do contrato

1. As reclamações à minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o caderno de encargos e a proposta nos termos legais ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

3. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que o órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi indeferida.

Artigo 42.º | Outorga do Contrato

1. A eventual outorga do contrato, terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou a decisão sobre a reclamação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 104.º do CCP.
2. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, com antecedência mínima de 3 (três) dias do prazo para a outorga e remessa do contrato.
3. A data para outorga do contrato poderá ainda ser fixada por acordo das partes, dispensando a formalidade indicada em 2.

Artigo 43.º | Não outorga do contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para o efeito, bem como, no caso de o Adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos na lei.
2. Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. Nos casos previstos no número anterior, deve o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
4. Se, por facto que lhe seja imputável à Entidade Adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto, o Adjudicatário pode desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta.
5. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

SECÇÃO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 44.º | Prova de declarações

1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.

Artigo 45.º | Foro Judicial

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressas renúncia a qualquer outro.

Artigo 46.º | Notificações e Comunicações

Todas as notificações e comunicações entre a Entidade Adjudicante, o júri do concurso e os interessados e concorrentes, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Artigo 47.º | Encargos do concorrente

1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.
2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato escrito são da responsabilidade do adjudicatário, conforme Tabelas de Taxas e Licenças e outras Receitas do Município, no seu artigo 59º, aprovada pela Câmara Municipal de Castelo Branco, nas suas reuniões, datadas de 12 de Novembro de 2009 e 16 de Abril de 2010 e aprovada também pela Assembleia Municipal de Castelo Branco, em 30 de Abril de 2010, com alteração ao artigo 59º, aprovada pela Câmara Municipal de Castelo Branco, na sua reunião, datada de 4 de Junho de 2010 e aprovada também pela Assembleia Municipal de Castelo Branco, em 28 de Junho de 2010 e com publicação em Edital nº 70/2010, datado de 29 de Junho de 2010, de acordo com o seguinte quadro:

TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO	
ARTº 59º	
Contratos de Fornecimentos de Bens e de Serviços	
2. LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	
a) Ajuste Direto sem contrato escrito	
(Valores superiores a € 5.000,00)	€ 98,36
b) Ajuste Direto com contrato escrito	
(Valores entre € 5.000,00 e € 20.000,00)	€ 196,72
2.1 Concurso Público, Concurso limitado por prévia qualificação e diálogo concorrencial:	
a) Valores superiores a € 5.000,00 e inferiores ao limiar comunitário em vigor	€ 393,38
b) Valores iguais ou superiores ao limiar comunitário em vigor e inferiores ao valor fixado para os contratos sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas	€ 983,48
c) Valores iguais ou superiores ao fixado para os contratos sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas	€ 2.950,39

Artigo 48.º | Falsidade de Documentos e de Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Artigo 49.º | Legislação Aplicável

1. As normas do presente programa de procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes do anúncio com elas desconformes.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de procedimento aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e demais legislação em vigor.

ANEXOS

Em anexo remete-se:

ANEXO I – Modelo Declaração de “aceitação de conteúdo de Caderno de Encargos” conforme modelo constante do anexo I ao CCP

ANEXO II – Declaração de não impedimentos (Modelo constante do anexo II do CCP)

ANEXO III – Modelo de Proposta

ANEXO IV – Declaração de não Impedimentos - CPA

ANEXO V - Mapa com a identificação das viaturas